

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

THIAGO DA SILVA GRACIANO

**ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DOS ESTOQUES:
UM ESTUDO DE CASOS DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE ATUAÇÃO DE
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

JUIZ DE FORA

2017

THIAGO DA SILVA GRACIANO

**ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DOS ESTOQUES:
UM ESTUDO DE CASOS DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE ATUAÇÃO DE
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Eduardo Duarte Horta

JUIZ DE FORA

2017

AGRADECIMENTOS

Acima de qualquer argumento de natureza meramente física, agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu chegar até aqui e me deu forças para superar mais um grande desafio.

Aos meus pais, Ismael Graciano e Regina Graciano, e aos meus irmãos, Diego e Tatiana, que representam minha fonte inesgotável de inspiração e motivação para alcançar meus objetivos e sonhos nesta caminhada da vida.

Ao meu orientador, professor Eduardo Duarte Horta, pela atenção dedicada ao meu trabalho, pela motivação que me passou durante todo o tempo de elaboração e profissionalismo, sempre atentando para os mínimos detalhes, com o objetivo de me formar um profissional completo de acordo com que o nosso mercado exigente demanda.

Aos demais professores que, de forma direta ou indireta, são responsáveis pelos ensinamentos utilizados neste trabalho. Por último, mas não menos importante, aos companheiros alunos, que contribuíram para que chegássemos até o final juntos.

“Você tem de agir. E você tem que estar disposto a fracassar, se você tem medo de fracassar, não irá muito longe.”

Steve Jobs



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu relatório de Estágio Supervisionado é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio. Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro, por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Estágio Supervisionado.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2017.

Thiago da Silva Graciano

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ATA DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 11 dias do mês de julho de 2017, na sala 02 da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados, para examinar e avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso de THIAGO DA SILVA GRACIANO, aluno regularmente matriculado no curso de Ciências Contábeis sob o número 201278038, modalidade presencial, desta universidade, intitulado ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DOS ESTOQUES: UM ESTUDO DE CASOS DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE ATUAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA. Após a apresentação do aluno e conseqüente debate, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o aluno APROVADO com a atribuição da nota ____, que deverá ser lançada em seu histórico escolar quando da entrega da versão final e definitiva impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 11 de julho de 2017.

Prof. Eduardo Duarte Horta
Orientador

Prof. Rodrigo Ferraz de Almeida

Prof. Fabricio Pereira Soares

RESUMO

Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda, na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços, sendo o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) responsável por tratar dos procedimentos a serem adotados nas Demonstrações Financeiras (DFs) e Notas Explicativas (NEs) sobre esses ativos. Este estudo pesquisou o grau de atendimento aos itens de divulgação de estoques das companhias do subsetor de Máquinas e Equipamentos, segmento de atuação de Máquinas e Equipamentos Industriais listadas na BM&FBovespa. Com a chegada das normas internacionais de contabilidade as empresas deixaram de ser regidas basicamente pelas leis fiscais, passando a ser conduzidas pelas novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de forma a adequar a contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Para tal, foi definida uma amostra de quatro empresas, das sete que estão listadas no segmento selecionado, sendo analisados os requisitos de divulgação de Estoques de acordo com o *checklist* elaborado, tendo como base o item 36 do CPC 16 (R1) entre os exercícios de 2010 e 2016. Após a análise, constatou-se que as empresas pesquisadas atenderam a aproximadamente 74,53% das exigências de divulgação constantes no *checklist*. Por fim, sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas, ampliando o número de empresas e setores da análise, de forma a contribuir para a evolução das evidenciações necessárias.

Palavras-chave: CPC 16 (R1). Estoques. Divulgação.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentagem de classificação da Bardella S.A. _____	24
Gráfico 2 – Percentagem de classificação da Indústrias Romi S.A. _____	27
Gráfico 3 – Percentagem de classificação da Kepler Weber S.A. _____	29
Gráfico 4 – Percentagem de classificação da Metalfrio Solutions S.A. _____	32
Gráfico 5 – Análise geral do percentual de classificação _____	33
Gráfico 6 – Resultados gerais de divulgação _____	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entidades reguladoras e atos de aprovação do CPC 16 (R1) _____	14
Quadro 2 – Empresas do segmento de Máquinas e Equipamentos Industriais _____	19
Quadro 3 – Amostra final das companhias _____	20
Quadro 4 – <i>Checklist</i> para avaliação da evidenciação de estoque _____	21
Quadro 5 – Siglas de classificações _____	21
Quadro 6 – Classificação dos itens do <i>checklist</i> pela Bardella S.A. _____	23
Quadro 7 – Classificação dos itens do <i>checklist</i> pela Indústrias Romi S.A. _____	25
Quadro 8 – Classificação dos itens do <i>checklist</i> pela Kepler Weber S.A. _____	28
Quadro 9 – Classificação dos itens do <i>checklist</i> pela Metalfrio Solutions S.A. _____	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira de Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos analistas e profissionais de investimento do mercado de capitais
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIAS	Companhias
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DC	Demonstrações Contábeis
DRE	Demonstração do Resultado do exercício
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
NE	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
PEPS	Primeiro que Entra Primeiro que Sai
UEPS	Último que Entra Primeiro que Sai

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Adoção às novas normas internacionais de contabilidade	13
2.2 Estoques	14
2.3 Estudos anteriores	17
3 METODOLOGIA	19
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1 Análise por companhia	22
4.1.1 Bardella S.A.	22
4.1.2 Indústrias Romi S.A.	25
4.1.3 Kepler Weber S.A.	27
4.1.4 Metalfrio Solutions S.A.	30
4.2 Comparação entre as companhias	32
4.3 Análise geral	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

A agilidade nas negociações, o acesso rápido às informações, a interação com diferentes mercados, a economia globalizada e a expansão dos mercados são alguns dos motivos que tornam necessária a padronização das normas contábeis, para que os usuários destas informações, sejam eles nacionais ou internacionais, possam utilizá-las, sabendo que as mesmas podem ser comparadas com as demais. Além disso, a padronização contribui para que elas sejam transparentes, confiáveis, para que decisões sejam tomadas e possam atrair melhores recursos de diversas partes do mundo para dentro das entidades brasileiras, de forma a torná-las mais competitivas e sólidas no mercado (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO, 2007).

Para fazer parte deste mercado mundial, os órgãos regulamentadores brasileiros também adotaram no processo de convergência contábil às *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ou normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que tem como característica a prevalência da essência econômica sobre a forma para confeccionar as informações de forma mais voltada para a realidade, diminuindo o distanciamento que existia entre o valor contábil e o de mercado, de modo a aumentar a qualidade das demonstrações contábeis. No entanto, as mudanças provocadas pelas IFRS no cenário brasileiro trouxeram fortes mudanças na apuração dos resultados e do patrimônio das entidades que adotaram pela primeira vez esse novo padrão (PRADO; BERNARDINO, 2012).

A presente pesquisa busca abordar qualitativamente o grau de atendimento aos itens de divulgação de estoques exigidos pelo CPC 16 (R1), pelas companhias do segmento de atuação de Máquinas e Equipamentos Industriais listadas na BM&FBovespa. A justificativa para a escolha deste grupo de empresas fundamenta-se na importância que os estoques representam nos ativos de empresas que industrializam e comercializam máquinas e demais equipamentos industriais em grande escala. O esperado é que tais ativos sejam mensurados, valorados e divulgados pelas companhias deste segmento de forma transparente, de acordo com os requisitos solicitados pelo pronunciamento. Destarte, o estudo pretende trazer resposta ao seguinte problema: as empresas do segmento Máquinas e Equipamentos Industriais listados na BM&FBOVESPA divulgam as informações referentes aos seus estoques em conformidade com o CPC 16 (R1)?

Para buscar a resposta do problema da pesquisa, este estudo tem como objetivo geral verificar o nível de divulgação dos estoques mantidos pelas companhias do segmento de Máquinas e Equipamentos Industriais listados na BM&FBOVESPA, no período de 2010 a 2016, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1).

Para alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar os requisitos exigidos para divulgação dos estoques constantes no CPC 16 (R1).
- 2) Verificar, nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas, o nível de divulgação dos estoques mantidos pelas companhias do segmento de Máquinas e Equipamentos Industriais entre os anos de 2010 a 2016.
- 3) Apresentar resultados quanto aos níveis de divulgação dos estoques realizados pelas companhias que compõem a amostra desta pesquisa.

A estrutura desta pesquisa está dividida em cinco seções, começando pela parte introdutória e seguindo pela fundamentação teórica. Na sequência é apresentada a metodologia, a análise dos resultados e, para finalizar, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão abordados os tópicos que competem à adesão às novas normas internacionais de contabilidade e de evidenciação contábil, os conceitos básicos de estoque e alguns estudos anteriores relacionados ao tema.

2.1 Adoção das novas normas internacionais de contabilidade

A comparação entre as informações das demonstrações contábeis de empresas situadas em países distintos era uma tarefa de difícil compreensão, fruto da diversidade nos sistemas normativos de cada país, considerando seu cenário econômico e político. Por esse motivo, fez-se necessário adotar as novas normas internacionais (LIMA, 2011).

A transição completa para as novas normas no Brasil obteve um grande salto no ano de 2008, em que houve a emissão dos CPCs 15 ao 43, e em 2010, com a obrigatoriedade dos CPCs 00 ao 43, pronunciamentos que os órgãos reguladores utilizaram como estratégia para minimizar o impacto nos resultados das empresas no momento da adoção completa das IFRS (SANTOS; CALIXTO, 2010).

No Brasil, após ser sancionada pela Presidência da República a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, as mudanças foram surgindo em grande parte da contabilidade, com o intuito de aproximar e tornar passível de comparação as normas vigentes no país com as normas internacionais de contabilidade (ERNST&YOUNG; FIPECAFI, 2009).

No Brasil, isso pode ser observado por meio da aprovação de algumas deliberações pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em especial a Instrução nº 457/07, a qual estabeleceu a obrigatoriedade da adoção das IFRS até o exercício social de 2010, e que, somada com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, torna-se um indício da harmonização de direito no Brasil. (MARTINS; PAULO, 2010 apud MUNHOZ et al., 2014, p. 3).

Por meio da Resolução CFC nº 1055, de 7 de outubro de 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem como objetivo estudar, preparar e emitir os Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar as informações desta natureza, de forma a permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, com escopo de centralizar e uniformizar o processo de produção, sempre se atentando para a

convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. A idealização do CPC contou com a união das seguintes entidades: ABRASCA, APIMEC, BOVESPA, CFC, FIPECAFI e IBRACON. O CPC é totalmente autônomo em relação às entidades representadas (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, on-line).

Quadro 1 – Entidades reguladoras e atos de aprovação do CPC 16 (R1)

REGULADORES	ENTIDADES REGULADAS	APROVAÇÃO
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Companhias de capital aberto	Deliberação nº 575 alt. 624/10
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	Profissionais de contabilidade	NBC TG 16 (R1)
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Companhias de energia elétrica	Resolução Normativa 605/14 Manual
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	Companhias de planos de saúde privados	Resolução Normativa 322/13 Anexo I
Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	Companhias de seguros, previdência complementar, capitalização	Circular nº 483/14
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Companhias de infraestrutura ferroviária e transporte terrestre	Resolução 3.847 e 3.848/12 Manual

Fonte: CPC 16 (R1) (2013).

O Quadro 1 apresenta os reguladores e seus atos de aprovação que validaram o CPC 16 (R1). Os Pronunciamentos Técnicos são editados pelo CPC e, para que sejam válidos, é necessária a aprovação dos órgãos reguladores interessados. Depois de aprovados, torna-se obrigatória a adoção dos CPCs pelas companhias vinculadas a seus respectivos reguladores.

2.2 Estoques

O CPC 16 (R1) (2013, p. 2) define estoque em três categorias, quais sejam:

- (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
- (b) em processo de produção para venda; ou
- (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Sobrinho (2010, p. 36) faz um complemento aos termos apresentados pelo Pronunciamento Técnico, dizendo que:

O item 6(a) refere-se aos estoques de produtos acabados e às mercadorias adquiridas para revenda. Todos os itens à disposição do departamento de vendas para serem

comercializados estão classificados neste item; O item 6(b) refere-se aos itens que estão em processo de produção, ou seja, ainda não foram concluídos; e o item 6(c) refere-se aos insumos necessários à produção dos produtos acabados, materiais de manutenção mantidos em estoque, material de segurança, materiais de escritório, etc.

O CPC 16 (R1) (2013) define que os critérios de mensuração utilizados para os bens do estoque devem ser o valor de custo ou o valor realizável líquido, sempre considerando o que apresentar menor valor entre os dois. Como lembra Sobrinho (2010), as normas internacionais de contabilidade exigem que nenhum item do ativo deve ocupar sua conta no Balanço Patrimonial com valores superiores ao que possa ser realizado futuramente. Por esse motivo, a norma determina que seja o menor valor entre o custo e o realizável líquido.

Valor realizável líquido, segundo o CPC 16 (R1) (2013, p. 3), “é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda”.

Quanto aos custos do estoque, o CPC 16 (R1) (2013, p. 3) diz: “o valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais”. Martins, Gelbcke e Iudícibus (2013) afirmam que a apuração e determinação dos custos do estoque consistem em um dos aspectos mais complexos da contabilidade, não apenas por ser um dos ativos de maior significância no balanço patrimonial, mas também por seus valores terem um grande reflexo na apuração do resultado do exercício, geralmente com inúmeros itens inseridos nesta conta e movimentação constante de entradas e saídas.

Entende-se custo de aquisição como o valor entregue na aquisição do estoque, o que engloba preço de compra, imposto de importação e demais tributos não recuperáveis pela entidade posteriormente e ainda custos referentes a transporte e manuseio, e outros custos designados diretamente à aquisição de materiais, produtos acabados e serviços (ERNEST; YOUNG, 2009). Para complementar, o item 11 do CPC 16 (R1) (2013, p. 4) traz o seguinte texto: “descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição”.

O CPC 16 (R1), em seu texto apresentado no item 12, indica os valores que devem compor os custos de transformação dos estoques:

Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. (CPC 16 (R1), 2013, p. 4).

Quando esses custos indiretos não são facilmente identificáveis de forma separada, devem ser atribuídos à produção em bases racionais e consistentes (MARTINS; GELBCKE; IUDÍCIBUS, 2013). De acordo com o CPC 16 R1 (2013), custo indireto de produção são os gastos não associados diretamente a um produto ou serviço específico. Quando se trata de custo indireto de produção fixo, faz menção àqueles que mantêm seus valores constantes, independente do volume de produção. Já os custos indiretos de produção variáveis apresentam variação de valores que são influenciados pelo volume de produção, e exemplifica com alguns materiais diretos e mão de obra indireta.

O Pronunciamento Técnico orienta que para alocar os custos indiretos de produção fixos ao custo de transformação, estes devem ser baseados na capacidade normal de produção. Entende-se por capacidade normal de produção aquela produção esperada em média no intervalo de vários períodos ou períodos sazonais, considerando a capacidade que não é utilizada devido a interrupções da linha de produção para manutenções previstas. Com isso, o nível real poderá ser utilizado somente se for próximo da capacidade normal. Já os custos indiretos de produção variáveis são alocados de acordo com a capacidade real utilizada (ERNEST; YOUNG, 2009).

Os estoques podem ser valorados com base no preço específico, que consiste em atribuir efetivamente o valor pago a cada item do estoque. Este método deve ser utilizado somente nos casos em que existir a possibilidade de determinar o preço de cada unidade através de identificação física (MARTINS; GELBCKE; IUDÍCIBUS, 2013). O mesmo autor ainda cita a legislação do imposto de renda (RIR/99), que permite apenas a utilização do método do preço específico, do custo médio ponderado móvel e o do primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS).

O CPC 16 (R1) (2013) regulamenta que para os estoques que não são possíveis de serem avaliados pelo preço específico, deve-se usar o critério do primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS) ou o critério do custo médio ponderado, devendo sempre usar o mesmo critério para estoques que se destinam a usos semelhantes ou mesma natureza para entidade. No custo médio ponderado móvel, cada entrada de produtos constitui um novo preço, somando os valores dos saldos anteriores e os dividindo pelas quantidades totais. No custo médio ponderado fixo obtém-se apenas um preço médio no mês, somando ao saldo inicial do mês e dividindo pela quantidade total deste mesmo mês. Já o método do PEPS trata cada entrada de forma individual, fazendo com que permaneçam nos estoques, a cada saída, as quantidades adquiridas por último (SOBRINHO, 2010).

Quanto à divulgação, o CPC 16 (R1) (2013, p. 9) traz o seguinte texto:

As demonstrações contábeis devem divulgar:

- (a) as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;
- (b) o valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade;
- (c) o valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;
- (d) o valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
- (e) o valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período;
- (f) o valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período;
- (g) as circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques;
- (h) o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

Sobrinho (2010) ainda diz em sua obra que se as empresas aderirem de fato ao item 36 do CPC 16 (R1), tal que deu origem ao *checklist* desta pesquisa, terão uma demonstração similar à demonstração das mutações do patrimônio líquido, porém, com itens do estoque. Essa ocorrência foi nomeada por ele como demonstração das mutações do estoque, ou ainda, um raio-x dos estoques. Salientou que se trata de um avanço nas divulgações de estoques e que, com isso, os usuários de tais demonstrações só têm benefícios.

2.3 Estudos anteriores

Barranco (2012) realizou um estudo com a finalidade de identificar quais os métodos utilizados na avaliação dos estoques pelas sociedades anônimas de capital aberto após a implementação do IFRS. Não se limitando somente aos métodos, analisou também os determinantes econômicos que levam à escolha da avaliação utilizada. Para isso, realizou entre os anos de 2007 e 2011 um levantamento com as empresas não financeiras de capital aberto registradas pela CVM e com relatórios anuais disponíveis neste mesmo órgão.

Primeiramente, o autor buscou identificar o método de avaliação dos estoques adotados pelas empresas. Depois de constatar que 76,1% delas usava o método da média ponderada, partiu para uma seleção em que escolheu quatro empresas que utilizassem métodos distintos, sendo duas pertencentes ao setor de Indústria Química, denominadas pelo autor de Empresa A e Empresa B; a primeira utilizando o PEPS e a segunda utilizando a média ponderada. As outras duas empresas pertenciam ao setor de Serviços Públicos (Petróleo e Gás), denominadas de Empresa C, que utilizou o método misto, e Empresa D, que utilizou o custo identificado.

Os resultados obtidos por Barranco (2012) através da coleta desses dados demonstraram que procedimentos contábeis referentes à valoração dos estoques encontram-se

em tendência favorável à utilização da média ponderada, que em períodos de alta inflação seria capaz de ocasionar a redução das despesas tributárias em comparação ao PEPS. A análise dos casos que haviam sido segmentados em dois setores, o industrial químico e o de serviço público de distribuição de gás, evidenciou que a regulação por parte de Agências Reguladoras Estaduais foram os principais motivos que influenciaram as práticas contábeis adotadas no último setor. O autor conclui sua pesquisa mostrando que no Brasil predomina o método da média ponderada; os demais casos possuem caráter esporádico e amparo em decisões baseadas em instruções reguladoras ou na liberdade das práticas contábeis previstas em legislações, sempre com o objetivo de crescimento das companhias.

Vieira (2015) realizou uma pesquisa com o intuito de verificar o grau de atendimento às exigências do CPC 16 (R1) – Estoques em três entidades listadas na bolsa de valores pertencentes ao setor econômico de consumo cíclico e não cíclico do nível um de governança corporativa. Para verificar se as entidades atendiam à regulamentação do CPC 16 (R1) – Estoques foram selecionados três aspectos: avaliação, mensuração e divulgação.

As empresas obtiveram no quesito avaliação e mensuração 100% das exigências do CPC. Já no quesito divulgação, na qual eram divididas em oito tópicos, duas empresas omitiram uma exigência feita pelo CPC. Contudo, concluiu-se que, de maneira geral, as empresas atendem às regularidades em relação ao cumprimento das regras estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Coelho (2016), em uma pesquisa quali-quantitativa, selecionou as empresas do setor de varejo listadas na BM&FBOVESPA e testou o nível de comparabilidade das práticas contábeis relacionadas aos estoques entre os anos de 2010 e 2015. Para isso, utilizou em sua amostra quatorze empresas. Nesta pesquisa, o autor buscou identificar quais eram os métodos de mensuração e avaliação dos estoques utilizados pelas empresas, como também os critérios e formas de valoração, e encontrou como resultado que nove das quatorze empresas mensuravam seus estoques pelo valor de custo e as demais pelo valor realizável líquido. Já na avaliação, todas as empresas avaliaram pelo custo médio, sendo que duas calculavam o saldo pela média ponderada, três pela média ponderada móvel e nove não identificavam o método de cálculo utilizado.

Coelho (2016) verificou a conformidade dos itens obrigatórios exigidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1), e constatou que ao final de 2015 todas as empresas da amostra evidenciaram todos os itens exigidos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva, por pretender descrever os atos e fatos de uma determinada realidade, com abordagem qualitativa, pois busca realizar um estudo aprofundado da compreensão de documentos emitidos por uma organização, excluindo as representatividades numéricas (THEÓPHILO; MARTINS, 2009). Também enquadra-se como pesquisa exploratória, pois tem a finalidade de proporcionar o máximo de informações sobre o assunto investigado e facilitar a delimitação do tema (PRODANOV; DE FREITAS, 2013). Classifica-se como pesquisa de fontes secundárias ou pesquisa bibliográfica, pois toma como base bibliografias que já foram tornadas públicas anteriormente e promove o contato direto do pesquisado com o material escrito, dito ou falado sobre determinado assunto, podendo ser eles jornais, revistas, livros, monografias, teses etc. (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para atingir o objetivo do estudo, foram analisadas as demonstrações contábeis juntamente com as notas explicativas das companhias do subsetor de Máquinas e Equipamentos, segmento de atuação Máquinas e Equipamentos Industriais listados na BM&FBovespa, entre os anos de 2010 e 2016. Tal segmento é composto de sete companhias, as quais estão listadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Empresas do segmento de Máquinas e Equipamentos Industriais

RAZÃO SOCIAL	NOME NO PREGÃO
BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS	BARDELLA
INDUSTRIAS ROMI S.A.	INDS ROMI
INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUCÕES	INEPAR
KEPLER WEBER S.A.	KEPLER WEBER
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	METALFRIO
NORDON INDUSTRIAS METALURGICAS S.A.	NORDON MET
PRATICA PARTICIPACOES S.A.	PRATICA

Fonte: adaptado de BM&FBovespa.

A Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A será desconsiderada da pesquisa por não conter estoque registrado em suas demonstrações contábeis, que, neste caso, é o objeto principal

do estudo. A Prática Participações S.A. também será descartada por ter obtido a concessão de seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 09 de outubro de 2015, e, deste modo, não apresenta a publicação das demonstrações anteriores para fins de comparação com as demais companhias. Por fim, a Inepar S.A. Indústria e Construções também será desconsiderada, por se tratar de uma companhia em situação de recuperação judicial desde o ano de 2014. Em consequência disso, suas demonstrações estão sendo disponibilizadas com um certo atraso, dificultando o desenvolvimento da pesquisa no cumprimento da comparabilidade dentro do período de tempo determinado. Destarte, ficam definidas para estudo as companhias listadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Amostra final das companhias

COMPANHIAS
BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECÂNICAS
INDUSTRIAS ROMI S.A.
KEPLER WEBER S.A.
METALFRIO SOLUTIONS S.A.

Fonte: elaborado pelo autor.

No decorrer do estudo serão analisadas as demonstrações contábeis consolidadas das quatro companhias selecionadas para a amostra final a partir do exercício de 2010, ano em que se iniciou a obrigatoriedade de adoção das novas normas internacionais de contabilidade, até o ano de 2016, que são as demonstrações anuais mais atuais disponíveis. O objeto da análise foi averiguar o grau de atendimento ao CPC 16 (R1) na divulgação dos estoques ao longo destes sete anos. Para tal, foi elaborado um *checklist* utilizando o item 36 do CPC 16 (R1) como parâmetro dos critérios a serem questionados, pois este item refere-se aos pontos principais dos estoques que devem ser divulgados nas demonstrações contábeis das companhias.

Quadro 4 – Checklist para avaliação da evidenciação de estoque

A	As políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;
B	O valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade;
C	O valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;
D	O valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
E	O valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período, o valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período, as circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques;
F	O montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

Fonte: elaborado com base no item 36 do CPC 16 (R1).

Para cada situação analisada foi atribuída uma sigla, com a finalidade de classificar as informações contidas nas demonstrações contábeis e, nas notas explicativas, o grau de atendimento aos itens de divulgação constantes no *checklist*, sendo eles AT, AP, NA e NSA, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Siglas de classificações

SIGLAS	DESCRIÇÃO	SIGNIFICADO
AT	Atende	Casos que a informação prevista foi divulgada atendendo plenamente os critérios;
AP	Atende parcialmente	Casos que a informação prevista foi divulgada atendendo parcialmente os critérios;
NA	Não atende	Casos em que a informação foi divulgada mas não atende aos critérios, ou que a informação não foi divulgada.
NSA	Não se aplica	Casos em que a companhia não possui em seus ativos o que se pede no item do <i>checklist</i> .

Fonte: elaborado pelo autor.

Com isso, os resultados da presente pesquisa foram apurados a partir da extração de dados das informações econômico-financeiras, seguidos de criteriosa classificação nos moldes da metodologia apresentada.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As quatro companhias são apresentadas por quadros demonstrativos de classificação, seguidos de uma breve explicação, a cada quadro, listando os motivos que levaram cada item a receber determinadas siglas. Ao final, são avaliadas de forma conjunta, e os resultados obtidos de todas as empresas são reunidos para a apuração de qual percentual de cada classificação foi utilizado na pesquisa.

4.1 Análise por companhia

Tendo como base os requisitos exigidos pelo CPC 16 (R1), no que se refere às exigências de evidenciação de estoques que deram forma ao *checklist*, a análise de atendimento às informações divulgadas em suas demonstrações contábeis e notas explicativas pelas empresas que compõem a amostra foram separadas pelos Quadros 5, 6, 7 e 8, seguidos dos Gráficos 1, 2, 3 e 4, que expõem de forma objetiva os resultados encontrados separadamente por companhia. Ao final é apresentado o Gráfico 5, que apresenta uma comparação entre companhias com os resultados encontrados, e o Gráfico 6, que apresenta uma consolidação dos resultados obtidos.

4.1.1 Bardella S.A.

A Bardella S.A. teve seu registro concedido na CVM em 26 de novembro de 1969, e tem como atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda. Atua em todas as fases de produção, desde a elaboração do projeto até a entrega ao cliente. Executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicase também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A companhia é classificada como sociedade anônima sediada no Brasil, e com ações negociadas na BM&FBovespa. A companhia opera com duas plantas industriais localizadas no estado de São Paulo, nos municípios de Sorocaba e Guarulhos, onde se encontra também a sede.

Quadro 6 – Classificação dos itens do *checklist* pela Bardella S.A.

	BARDELLA S.A.					
	A	B	C	D	E	F
2010	AP	AT	NSA	AP	AT	NSA
2011	AP	AT	NSA	AP	NSA	NSA
2012	AP	AT	NSA	AP	NSA	NSA
2013	AP	AT	NSA	AP	NSA	NSA
2014	AP	AT	NSA	AP	NSA	NSA
2015	AP	AT	NSA	AP	NSA	NSA
2016	AP	AT	NSA	AP	NSA	NSA

Fonte: elaborado pelo autor.

O item **A** do *checklist* recebeu classificação AP nos sete anos, pois divulgou corretamente suas políticas adotadas no momento da mensuração de seus estoques no item 3.7 das NEs, informando que os estoques foram avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, no caso de industrialização, com o acréscimo de gastos referentes a transporte, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os produtos industrializados, em processo e acabados têm incluídos em seu valor os gastos gerais de fabricação com base na capacidade geral de produção. Mas nada foi informado a respeito do critério utilizado na valoração.

O item **B** do *checklist* recebeu AT nos sete anos. O primeiro ano, em particular, trouxe em suas informações não somente o valor escriturado na conta Estoques, como também os valores registrados em outras contas apropriadas. De acordo com o item 16 das NEs, a conta Estoques neste exercício obteve um determinado percentual escriturado na conta Ativos Biológicos-florestais composto de plantações de Pinus de reflorestamento. Outro percentual foi escriturado na conta Ativos Biológicos-gado, valorado a partir da cotação mensal da arroba na região de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Ambos os valores foram avaliados por seus valores justos e baixados por motivo de venda neste mesmo período, em conformidade com o CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola. Já de 2011 a 2016 foram divulgados apenas os valores escriturados na conta Estoque, o que leva a entender que não houve a existência de valores de estoque escriturados em outras contas.

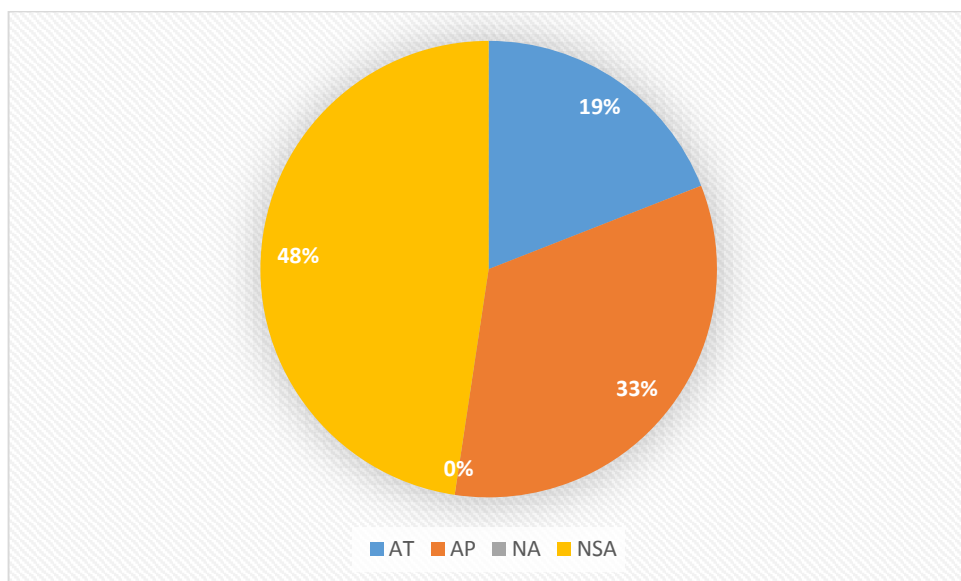
O item **C** do *checklist* recebeu NSA em todos os anos por não ter mencionado nada sobre valores de estoque escriturados pelo valor justo deduzidos dos custos de venda. Nessa mesma classificação se encontra o item **F**, pois nada foi evidenciado sobre montantes de

estoques dados como penhor de garantia de passivos, o que leva a entender que a companhia não apresenta valores de estoque nessas condições.

O item **D** do *checklist* recebeu classificação AP em todos os anos, por ter apresentado o valor do estoque reconhecido como despesa neste período somente na DRE com um montante único na conta Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados, tornando difícil identificar quais valores originaram dos estoques para se tornar custo das mercadorias vendidas.

Por fim, o item **E** do *checklist* obteve classificação AT no primeiro ano de análise, pois divulgou no item 16 das NEs os valores referentes a uma redução ao valor justo realizada na conta de Ativos Biológicos-florestais. Nos demais períodos nada foi evidenciado, e foi entendido que não houve reduções e posteriores reversões; por isso, receberam classificação NSA.

Gráfico 1 – Percentagem de classificação da Bardella S.A.



Fonte: elaborado pelo autor.

Diante do Gráfico 1, pode-se dizer que a percentagem de classificação AT recebida foi muito baixa, aproximadamente 19%, percentagem bem menor que as classificações AP que foram de aproximadamente 33%, o que mostra uma necessidade de ajustes em suas NEs para se adequar totalmente aos moldes do CPC 16 (R1).

4.1.2 Indústrias Romi S.A.

A Indústrias Romi S.A. teve seu registro concedido na CVM em 19 de abril de 1938 e atualmente está listada no mais elevado padrão de governança corporativa, o Novo Mercado da BM&FBovespa. Desde o ano de 2007 tem por objeto a indústria de bens de capital em geral, máquinas – ferramentas, máquinas para plásticos, equipamentos e acessórios industriais, ferramentas, partes e peças em geral, análise de sistemas e elaboração de programas para processamento de dados quando ligado à produção, comercialização e uso de máquinas – ferramentas e máquinas para plásticos, indústria e comércio de fundidos brutos e usinados, exportação e importação, representação por conta própria e de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação como sócia acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. Sua sede está localizada no município de Santa Barbara D’Oeste, no estado de São Paulo. Seu parque industrial é formado por onze fábricas, distribuídas em três estabelecimentos na cidade de Santa Barbara D’Oeste, em São Paulo, e uma na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo esta uma unidade de produção de máquinas-ferramentas de alta precisão. Possui controladas no território brasileiro e no exterior.

Quadro 7 – Classificação dos itens do *checklist* pela Indústrias Romi S.A.

	INDUSTRIAS ROMI S.A.					
	A	B	C	D	E	F
2010	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA
2011	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA
2012	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA
2013	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA
2014	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA
2015	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA
2016	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA

Fonte: elaborado pelo autor.

A Indústrias Romi S.A. foi a companhia que ficou melhor classificada em termos de atendimento aos itens do *checklist*. Começando pelo item A, percebe-se que nos sete anos a classificação foi AT, por ter evidenciado em seus itens 2.8 das NEs dos respectivos anos que

seus estoques são mensurados pelo valor realizável líquido ou custo médio de produção e/ou preço médio de aquisição, dos dois o menor, e que utiliza o método de custeio por absorção para custear seus estoques, e a média ponderada.

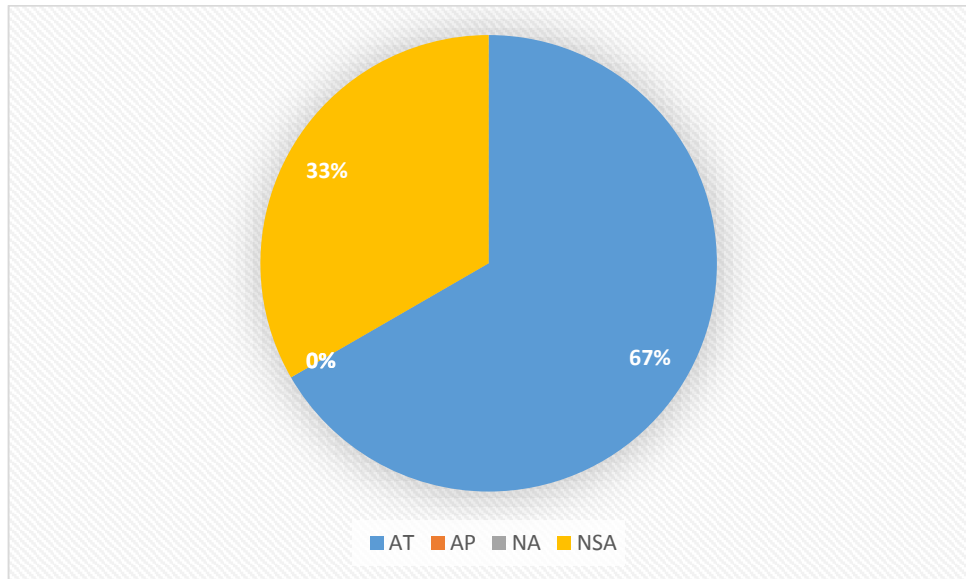
O item **B** do *checklist* recebeu classificação AT durante os sete anos, pois foram divulgados os valores escriturados em estoque do ano de 2010 a 2016, e em nenhum dos anos foi mencionado algo sobre valores de estoque escriturados em outras contas. Por isso, entende-se que não houve tais valores durante esses períodos.

O item **C** do *checklist* recebeu classificação NSA em todos os anos por não ter apresentado valores de estoques escriturados pelo valor justo deduzido dos custos de venda. Nesta mesma classificação se encontra o item **F**, que por sua vez não escriturou se haviam valores de estoques entregues como garantia de passivo, o que leva a entender que não existiam tais tipos de estoques durante esses sete anos.

O item **D** do *checklist* também foi atendido em todos os anos, e por isso recebeu classificação AT em ambos. No decorrer dos períodos analisados foram divulgados nas NEs desta companhia os valores de estoques reconhecidos como despesa, e em seguida tais valores foram separados de acordo com suas unidades de negócio: Máquinas-ferramentas, Máquinas para plásticos e Fundidos e Usinados.

Também no item **E** do *checklist*, todos os anos receberam AT. Nos anos de 2010 e 2011 foram divulgados valores de reduções sofridas nos estoques de acordo com os itens 7 e 6 das NEs dos seus respectivos anos. A partir de 2012 em diante existiram saldos de redução dos estoques reconhecidos nos resultados dos períodos, e posteriormente apresentaram saldos de reversões de redução no ativo circulante e no ativo não circulante. As circunstâncias para isso foram a existência de máquinas que são apreendidas como parte de processo de execução e são registradas ao valor contábil sem superar o valor de mercado, na conta outros créditos do BP, aguardando a decisão da justiça. Quando são reintegradas, retornam para o grupo de estoques.

Gráfico 2 – Percentagem de classificação da Indústrias Romi S.A.



Fonte: elaborado pelo autor.

Analisando o Gráfico 2, percebe-se que houve mais itens atendidos em relação à companhia anterior, totalizando aproximadamente 67% de classificações AT. Neste caso, desconsiderando-se as classificações NSA, ou seja, aquelas recebidas nos casos em que a companhia não possui em seus ativos o que se pede no item do *checklist*, poderíamos dizer que a empresa atendeu a 100% dos itens solicitados pelo CPC 16 (R1).

4.1.3 Kepler Weber S.A.

A companhia teve seu registro concedido na CVM em 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido de forma indireta, através de sua controlada, no que se refere às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos, como silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes; instalações industriais; terminais portuários; peças de reposição e serviços de assistência técnica. A companhia tem sua sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo.

Quadro 8 – Classificação dos itens do *checklist* pela Kepler Weber S.A.

	KEPLER WEBER S.A.					
	A	B	C	D	E	F
2010	AT	AT	NSA	AT	AT	NSA
2011	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2012	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2013	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2014	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2015	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2016	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA

Fonte: elaborado pelo autor.

A Kepler Weber S.A. iniciou o *checklist* recebendo classificação AT no item **A** durante os sete anos, por ter evidenciado no item 4(g) das NEs dos respectivos anos que seus estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, e são valorados com base no custo médio ponderado com a inclusão de gastos incorridos com a aquisição de matéria prima, custo de produção e transformação e outros custos que incorrem no processo de trazer os estoques à sua localização e condição atual. Os estoques manufaturados e produtos em elaboração incluem uma parcela dos gastos gerais de fabricação, tendo como base a capacidade normal de operações, isso em todos os anos analisados.

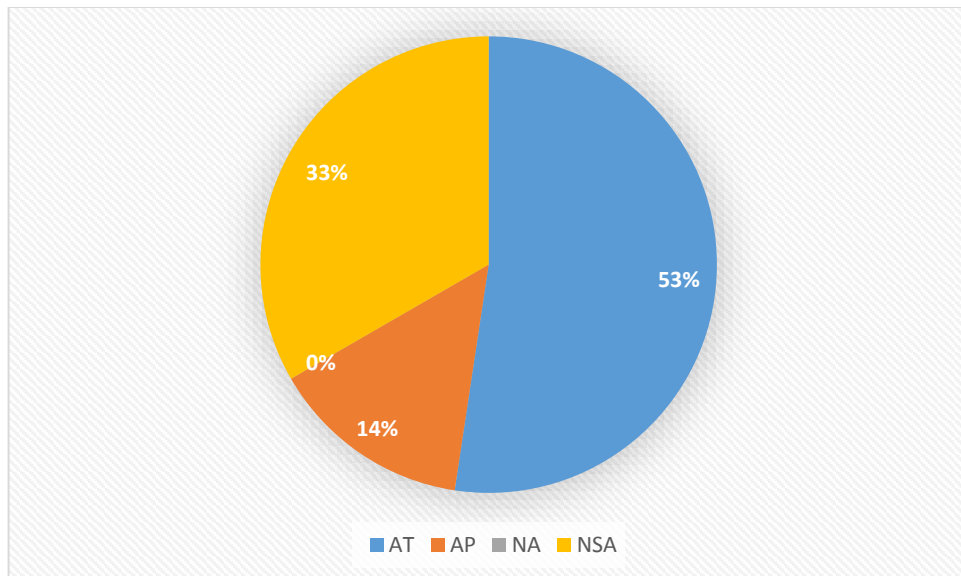
O item **B** do *checklist* recebeu classificação AT em todos os anos analisados. Nos anos de 2010 a 2013 divulgaram o valor total escriturado na conta Estoques, e não foram mencionados montantes de estoque escriturados em outras contas apropriadas por essa entidade. Com isso, entende-se que não houve valores de estoques nestas condições para os períodos. De 2014 a 2016 foram divulgados os valores totais das contas Estoque juntamente com valores escriturados na conta de Adiantamento a Fornecedores, representando os estoques que já foram pagos, mais ainda não recebidos.

O item **C** do *checklist* desta companhia também recebeu classificação NSA durante os sete anos, por não estar presente em suas demonstrações contábeis e suas NEs valores de estoque escriturados pelo valor justo menos os custos de venda. Da mesma forma, o item **F** também teve todos os seus anos classificados como NSA, por não mencionar nenhum montante de estoque penhorado como garantia de passivo.

O item **D** do *checklist* teve como classificação no ano de 2010 AT, por ter evidenciado no item 12 de suas NEs o valor dos estoques reconhecido como despesas durante o período, valores que estão inclusos na conta Custo do Produtos Vendidos e Serviços Prestados, considerando matérias-primas, materiais de consumo, produtos acabados e estoques em elaboração. Já nos demais anos a classificação mudou para AP, tendo em vista que foram divulgados os valores referentes a estoques reconhecidos como despesa nestes períodos, mas tais quantias foram divulgadas na DRE, sendo apresentado um montante único na conta Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados, o que dificulta a identificação de quais valores originaram dos estoques.

O item **E** do *checklist* foi classificado como AT em todos os anos. Em 2010, como apresenta a tabela constante no item 32 das NEs, não houve nenhum valor de redução de estoque reconhecido neste período. A conta Provisão para Obsolescência e Perda de Estoque não acusa nenhum saldo para este exercício, mas, mesmo não apresentando nenhum saldo, ainda assim foi divulgado. De 2011 em diante foram apresentados os valores das reduções de estoques reconhecidos nos períodos, baixados da conta Provisão para Obsolescência e Perda de Estoque.

Gráfico 3 – Percentagem de classificação da Kepler Weber S.A.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando com a Bardella S.A., esta companhia apresentou um grau de evidenciação aos itens do *checklist* mais elevado. Entretanto, comparando com as Indústrias Romi S.A, ela encontra-se um pouco abaixo. Como mostra o Gráfico 3, o grau de classificação

AT, que é o atendimento total ao item, apresentou aproximadamente 53%, e apenas 14% receberam a classificação AP.

4.1.4 Metalfrio Solutions S.A.

A companhia teve seu registro concedido na CVM em 23 de abril de 2007. Atualmente suas ações são negociadas no Novo Mercado, e sua atividade operacional é voltada para a fabricação, importação e comercialização, no país e no exterior, de refrigeradores e freezers domésticos e comerciais. A companhia conta com cinco plantas industriais, sendo duas localizadas no Brasil – mais precisamente no Mato Grosso do Sul e no Pernambuco, em Manisa na Turquia, em Kaliningrado na Rússia e em Celaya no México, além de quatrocentos comerciais na Dinamarca, na Indonésia, na Índia e nos Estados Unidos da América, e dois escritórios de serviços no Brasil e na Bolívia. A companhia possui investimentos em subsidiárias, dentre as quais a Klimasan, que tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de Istambul (*Istanbul Stock Exchange*).

Quadro 9 – Classificação dos itens do *checklist* pela Metalfrio Solutions S.A.

	METALFRIO SOLUTIONS S.A.					
	A	B	C	D	E	F
2010	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2011	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2012	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2013	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2014	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2015	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA
2016	AT	AT	NSA	AP	AT	NSA

Fonte: elaborado pelo autor.

A Metalfrio Solutions S.A. iniciou o *checklist* atendendo ao item A em todos os anos, e por isso recebeu classificação AT. Foram divulgados em 2010, no item 3.4 (c) e nos demais anos nos itens 4.3 das NEs, que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é valorado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques

manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal.

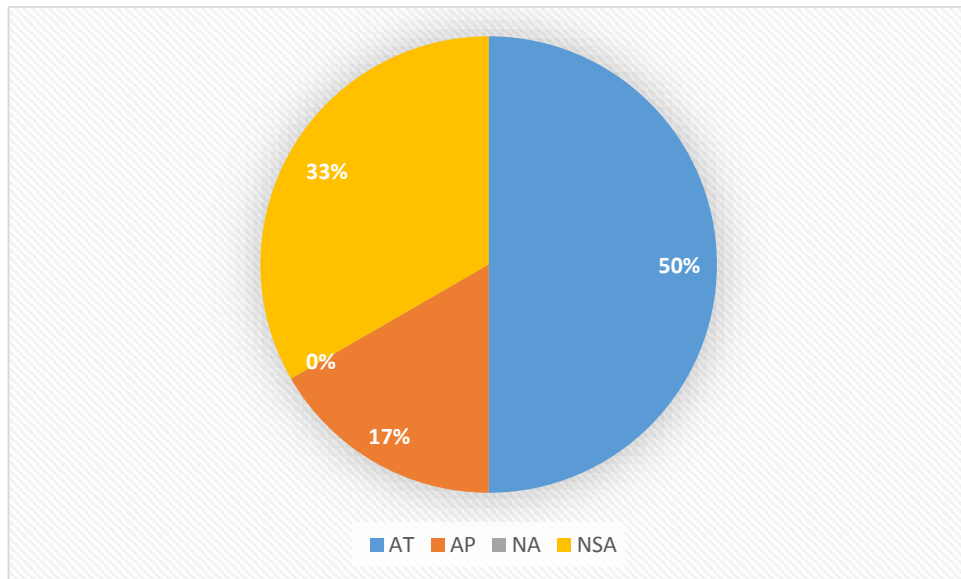
No item **B** do *checklist*, todos os anos foram classificados como AT por terem escriturado os valores totais contidos na conta Estoques, e posteriormente mostradas as divisões destes valores nas contas de Produtos Acabados, Produtos em Elaboração, Matérias-Primas e Componentes, Materiais Auxiliares e Outros e Importações em Andamento.

O item **C** do *checklist*, como todas as outras companhias analisadas, recebeu classificação NSA em todos os anos por não ter mencionado sobre valores de estoques escriturados pelo valor justo deduzidos dos custos de vendas, juntamente com o item **F**, no qual também em todos os anos não foi encontrada a presença de valores de estoques entregues a terceiros como garantia de passivos.

O item **D** do *checklist* foi classificado como AP em todos os anos contidos na pesquisa, pois todos os valores de estoques reconhecidos como despesa foram extraídos da DRE na conta Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados, dificultando, assim, a identificação de quais valores foram originados dos estoques. Inclusive as NEs apontam que parte da amortização de software e intangível compõem a conta Custo dos Produtos Vendidos, e no caso dos Custos dos Serviços Prestados pode conter outros valores embutidos como, por exemplo, mão de obra e outros custos com o pessoal diretamente envolvido na prestação dos serviços.

O item **E** do *checklist* recebeu classificação AT em todos os anos por ter divulgado seus respectivos valores de estoques reduzidos reconhecidos nos resultados dos períodos que anteriormente haviam sido registrados como Provisão para Perdas de Estoques, de acordo com os itens 8 das NEs de seus respectivos anos.

Gráfico 4 – Percentagem de classificação da Metalfrio Solutions S.A.



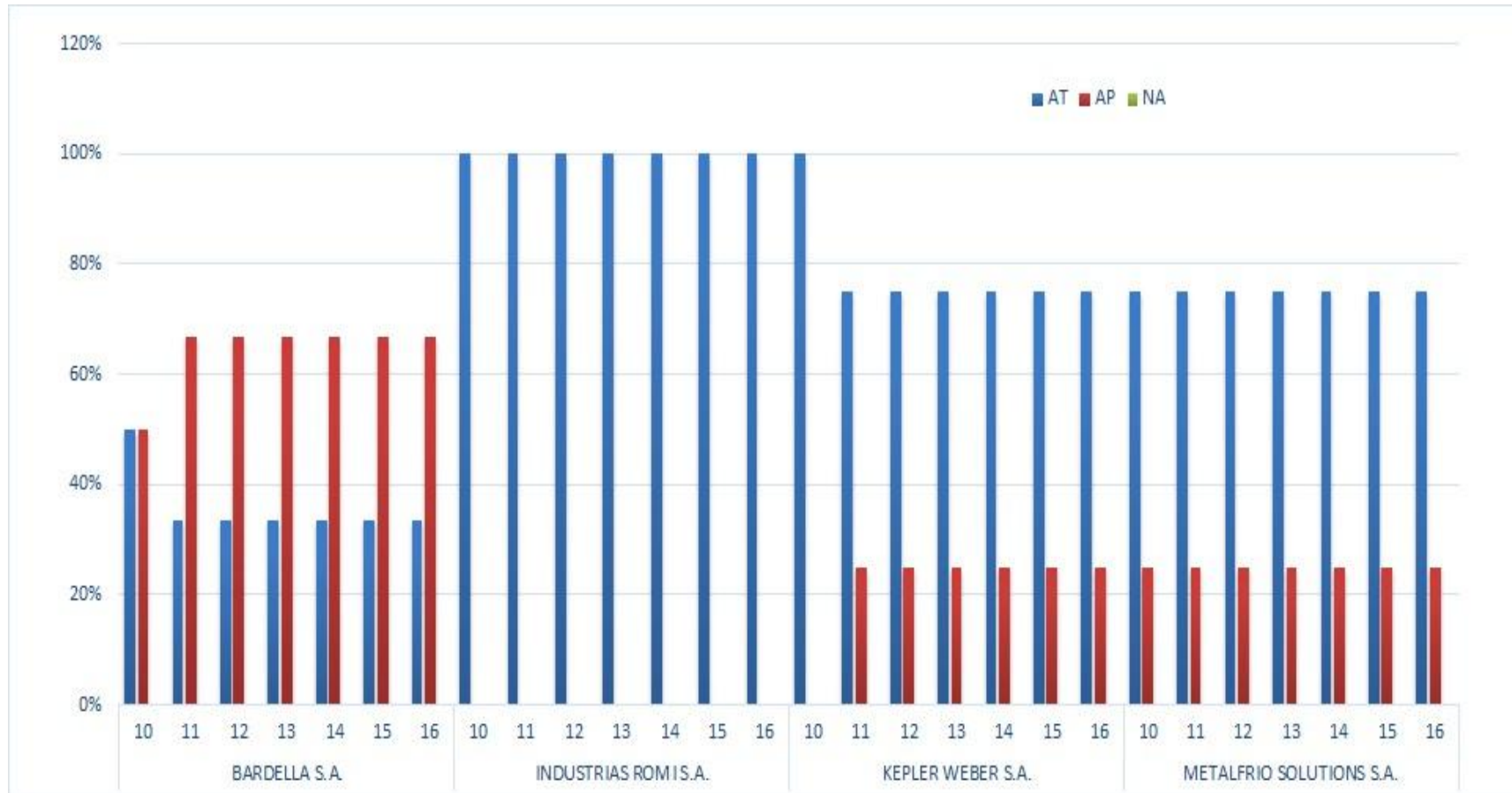
Fonte: elaborado pelo autor.

Com base no Gráfico 4 foi constatado que o grau de atendimento total aos itens do CPC 16 (R1), desta vez, foi de aproximadamente 50%, e aproximadamente 17% do universo de classificações desta empresa foram classificados com AP.

4.2 Comparação entre as companhias

Para melhor visualização comparativa dos resultados obtidos pelas companhias na presente pesquisa foi construído o Gráfico 5, que mostra os graus de classificação lado a lado e permite observar nitidamente o desempenho em termos de divulgação de uma empresa em relação às outras. Na confecção do Gráfico 5 foram desconsideradas as classificações NSA por não serem relevantes para os resultados, tendo em vista que se tratam dos casos em que as companhias não possuem em seus estoques o que se pede no item do *checklist*.

Gráfico 5 – Análise geral do percentual de classificação



Fonte: elaborado pelo autor.

Diante disso, pode-se observar que a Bardella S.A. alcançou seu patamar máximo de classificação AT no primeiro ano, sendo de aproximadamente 50%. Porém, nos demais anos esta percentagem caiu para aproximadamente 33%, acompanhada de uma elevação no grau de classificação AP que alcançou aproximadamente 67% de 2011 a 2016 e não houve classificação NA nesta empresa. Nota-se que houve um retrocesso nesta empresa: o que era para ser aperfeiçoado com o passar do tempo, na verdade, não aconteceu como esperado.

A Industrias Romi S.A., como visto, foi a melhor classificada, recebendo classificação AT em 100% dos itens questionados, o que mostra de forma clara que os seus demonstrativos contábeis estão alinhados com o que regulamenta o CPC 16 (R1).

A Kepler Weber S.A. obteve 100% de classificação AT no primeiro ano. Após isso, apresentou uma queda e se manteve com um índice de aproximadamente 75% entre os anos de 2011 e 2016. A classificação AP foi de apenas 25% entre os anos de 2011 e 2016, e não houve classificação NA, mas também apresentou um leve retrocesso no atendimento ao CPC 16 (R1) ao longo dos sete anos.

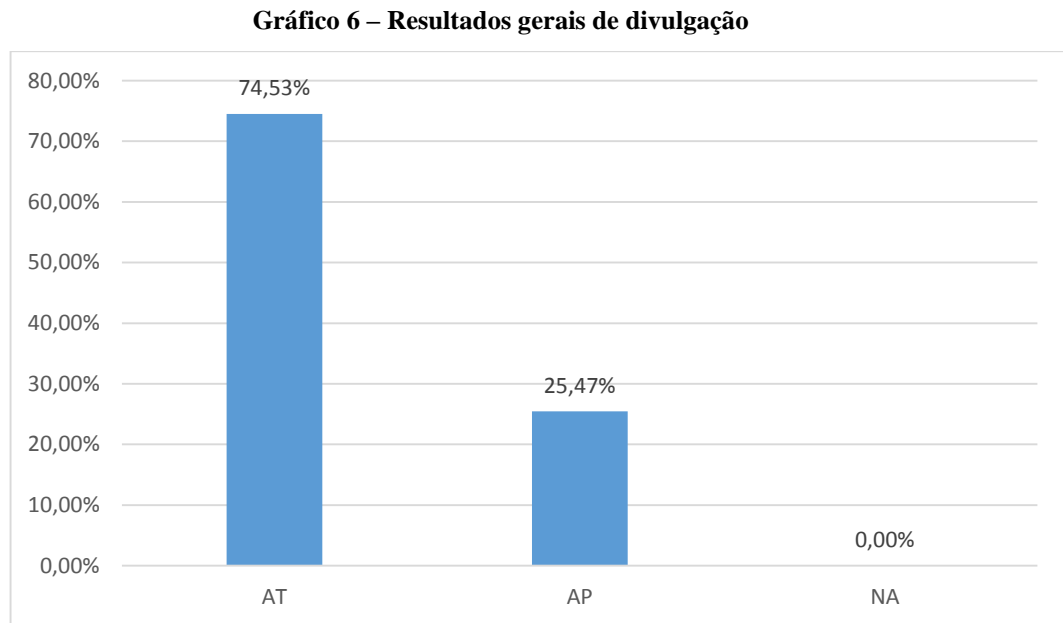
A Metalfrio Solutions S.A. obteve 75% de classificação AT e 25% de classificação AP em todos os anos.

Por fim, para agrupar as companhias em ordem de melhor classificação, a Indústrias Romi S.A. ficou em posição de destaque como a empresa que mais atendeu aos questionamentos do *checklist* elaborado, atendendo a 100% dos itens solicitados pelo CPC 16 (R1), seguida da Kepler Weber S.A., que iniciou atendendo de forma plena em 2010 e nos demais anos obteve uma queda para 75%. Em seguida encontra-se a Metalfrio Solutions S.A., que em todos os anos atendeu a 75% dos itens. Como pior companhia classificada em termos de evidenciação está a Bardella S.A., que alcançou sua percentagem máxima de atendimento no primeiro ano, que foi de apenas 50%, e caiu logo após para 33,33%, onde se manteve até 2016.

4.3 Análise geral

Em resultados gerais, consolidando as classificações das quatro companhias listadas na amostra e também desconsiderando as classificações NSA, o percentual de cada classificação foi de 74,53% pelos itens que atenderam plenamente (AT) ao CPC 16 (R1), seguindo de 25,47% dos que atenderam parcialmente (AP). Não houve casos de itens que não

atenderam (NA) em nenhuma das companhias no decorrer do período analisado, como mostra o Gráfico 6.



Fonte: elaborado pelo autor.

O recomendável seria que as companhias apresentassem um atendimento de 100% em todos os itens do *checklist* ao longo desses sete anos, levando em consideração a obrigatoriedade, desde 2010, de adoção das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Porém, como comprovado nesta pesquisa, o atendimento não está acontecendo de forma plena, de acordo com as informações obtidas nas Demonstrações Contábeis e nas Notas Explicativas das respectivas companhias. Há alguns casos, inclusive, em que foram percebidos retrocessos em suas evidenciações no decorrer do tempo, ao invés de melhoras. Com isso, percebe-se que os profissionais responsáveis pela emissão dos demonstrativos contábeis e notas explicativas das companhias pesquisadas devem se atentar para as próximas elaborações de documentos contábeis, de forma que emitam os mesmos alinhados com as normas vigentes no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar se as companhias do segmento de Máquinas e Equipamentos Industriais listados na BM&FBOVESPA que integraram a amostra desta pesquisa atenderam aos critérios de divulgação requeridos no item 36 do Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1). Para isso, foram analisadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas referentes aos exercícios de 2010 a 2016 dessas companhias, orientadas por um *checklist* que foi elaborado.

Obteve-se como resultado para tal pesquisa que as informações foram plenamente divulgadas apenas por uma das empresas que integraram a amostra. Deste modo, os itens de divulgação não foram atendidos de forma esperada, que seria o atendimento de 100% dos itens constantes no *checklist* elaborado com base no CPC 16 (R1), tendo em vista que a obrigatoriedade de sua adoção está vigente desde o ano de 2010. As empresas estudadas não refletem adequadamente o que era esperado pelos seus usuários, que seria suas demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas da forma mais alinhada possível ao CPC 16 (R1), e ainda sendo aperfeiçoadas com o passar do tempo. Como apurado nesta pesquisa, a realidade é, inclusive, um retrocesso ao longo dos exercícios financeiros, como visto no caso de duas companhias inseridas na amostra.

Os resultados foram mostrados de duas formas: primeiramente separados por empresas, e em seguida consolidando todos os resultados para evidenciar o nível de atendimento ao *checklist* pelas quatro empresas juntas. Separados por empresas, os resultados apontam que a Indústrias Romi S.A. foi classificada em primeiro lugar como a empresa que mais atendeu aos questionamentos do *checklist*, atendendo a 100% dos itens solicitados pelo CPC 16 (R1). Foi seguida da Kepler Weber S.A., que atendeu a 100% em 2010 e nos demais anos obteve uma queda para 75%. Em seguida encontra-se a Metalfrio Solutions S.A., que em todos os anos atendeu a 75% dos itens. Na última posição está a Bardella S.A., que atendeu a apenas 50% no primeiro ano e em seguida caiu para 33,33%, onde se manteve até 2016.

Consolidando os resultados das quatro empresas, o percentual de cada classificação foi de 74,53% pelos itens que atenderam plenamente (AT) ao CPC 16 (R1), seguidos de 25,47% dos que atenderam parcialmente (AP). Não houve casos de itens que não atenderam (NA).

Para finalizar, ressalta-se que o presente estudo serve de incentivo a estudos acadêmicos futuros que busquem ampliar o número de empresas e setores analisados, de forma a contribuir para a evolução das evidenciações dos estoques nas companhias brasileiras, de forma que cada vez mais estejam alinhadas ao Pronunciamento CPC 16 (R1).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jerônimo; ANTUNES, Guilherme M. B.; PENTEADO, Isis Malusá. **A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1.** In: SEMEAD, 10. 2007. São Paulo. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BARRANCO, Thiago Medeiros de Souza. Artigo científico: **Análise dos métodos de avaliação de estoques após implementação do IFRS:** um estudo de caso múltiplo. Artigo científico. Laboratório de pesquisa em contabilidade financeira (LabCont). Out. 2012. Disponível em: <http://www.labcont.com/4publica>. Acesso em: 15 mai. 2017.

COELHO, Lucas Vieira. **Nível de comparabilidade das práticas contábeis dos estoques de empresas brasileiras do setor de varejo listadas na BM&FBOVESPA.** 2016. 61 p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166675>. Acesso em: 05 jan. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Comissão de Valores Mobiliários.** Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em 16 mar. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC.** Brasília. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em: 18 jun. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 16- Estoques.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento>. Acesso em: 23 mar. 2015.

ERNST&YOUNG, FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, João Batista Nast de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** 7 ed. São Paulo: Atlas 2012.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária.** FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras, FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2013.

MUNHOZ, Tayrine Rodrigues; MURRO, Eduardo Vinicius Bassi; TEIXEIRA, Guilherme Bittencourt; LOURENÇO, Isabel. **O impacto da adoção obrigatória das IFRS nos honorários de auditoria em empresas da Bovespa.** CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, Universidade de São Paulo, 2014, **Anais...** USP-SP, v. 14, 2014. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/187.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

PRADO, Thiago Alberto dos Reis; BERNARDINO, Flávia Ferreira Marques. A mudança de critério contábil para os ativos biológicos e seus impactos no valuation das empresas brasileiras do segmento da agricultura. **Revista CEPPG**, n. 26, p. 9-22, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impacto do início da harmonização contábil internacional (LEI 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE-eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 1, 2010.

SOBRINHO, Paulo Atadaine. **Estoques, Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 2/ CPC 16.** São Paulo: IOB, 2010. (Coleção IFRS 1).

THEÓPHILO, Carlos Renato; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Beatriz Loizi. **Atendimento ao CPC 16 – Estoques, por empresas do Setor Econômico de Consumo Cíclico e Não Cíclico.** 2015. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.